

A FORMAÇÃO DO AGRÔNOMO COMO AGENTE DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO¹

Marcelo Miná Dias²

Resumo

Este texto analisa a formação acadêmica do Engenheiro Agrônomo a partir de questões sugeridas pelo conteúdo programático da disciplina “Iniciação à agronomia”, que pertence ao núcleo de formação básica da grade curricular do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A partir da análise de seu conteúdo programático e da vivência de um breve período como professor da referida disciplina, o texto analisa o caráter atribuído à iniciação às Ciências Agrárias como momento de introdução à complexidade da formação profissional do Engenheiro Agrônomo, este imaginado como um agente de promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: Formação Acadêmica, Agronomia, Desenvolvimento Rural

¹ A primeira versão deste texto foi elaborada em 1998 para contribuir com a proposta de revisão do conteúdo programático da disciplina feita na época pelos professores da UFSM Pedro Selvino Neumann e José Marcos Froehlich. Durante dois anos (entre 1997 e 1998) fui professor do grupo de disciplinas de iniciação às ciências agrárias (Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia) no DEAER-UFSM. Esta experiência estimulou a análise apresentada neste texto. A retomada e revisão do texto original foram incentivadas pelo professor José Marcos Froehlich.

² O autor, Engenheiro Agrônomo com mestrado em Extensão Rural pela UFSM e doutor pelo CPDA/UFRRJ, é Professor Adjunto no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

THE FORMATION OF THE AGRONOMIST AS AGENT OF PROMOTION OF THE DEVELOPMENT

Abstract

This text analyzes the academic formation of the engineer agronomist from questions suggested for the programmed content of discipline "Initiation to agronomy", that belongs to the nucleus of basic formation of the curricular grating of the Course of Agronomy of the Federal University of Santa Maria (UFSM). From the analysis of its content and the experience of a brief period as professor of the related disciplines, the text analyzes the character attributed to the initiation to Agrarian Sciences as moment of introduction to the complexity of the professional formation of the engineer agronomist, this imagined as an agent of promotion of the development.

Key-words: Formation, Agronomy, Rural Development

1. Introdução

Formação profissional é geralmente conceituada como um processo de desenvolvimento de capacidades, habilidades e competências relacionadas a determinado campo do saber.³ Para a Professora Marilena Chauí, a formação é uma relação com o passado, o presente e o futuro de um campo de atuação profissional. Ela ocorre quando conseguimos apreender em sua historicidade e de modo questionador e crítico este campo de atuação, "de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade", instituindo novas formas de nos relacionar com ele (Chauí, 2003, p.6). Esta relação essencial entre teoria e prática no ambiente formativo também está presente na obra de Paulo Freire. Ele argumenta que a formação é um processo constante de contraste e sucessivas aproximações à realidade, contribuindo inclusive para a sua transformação. Por isso, "(...) não existe formação momentânea, formação do começo,

³ É importante também não perder de vista a idéia de formação como um campo de expressão conflituosa de projetos sociais. Como argumenta Cavallet (1999, p.3), uma profissão envolve elementos como: "conceito, ideal, objetivos sociais, formação acadêmica, conteúdos específicos, regulamentação profissional, autonomia, entidades representativas, código de ética e reconhecimento social".

formação de fim de carreira. Nada disso. Formação é uma experiência permanente, que não pára nunca” (Freire, 2001, p.245).

Estas referências sobre a formação profissional são coerentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 2006). Conhecida pela sigla LDB, a Lei estabeleceu importantes mudanças para o ensino superior no Brasil. Uma delas foi a substituição dos currículos mínimos – que determinavam conteúdos básicos à formação e ao exercício profissional – por diretrizes curriculares. As diretrizes orientam o estabelecimento de componentes curriculares tais como a organização dos cursos, os projetos político-pedagógicos, o perfil desejado para o formando (incluindo competências e habilidades), os conteúdos curriculares, dentre outros. Ao invés dos antigos currículos rígidos, normatizados pelo Ministério da Educação e Cultura, as diretrizes instituíram a flexibilização dos mesmos, possibilitando às Instituições de Ensino Superior a elaboração de projetos político-pedagógicos que, em cada caso, possam responder a demandas sociais identificadas para a área de formação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia Agrônoma ou Agronomia foram estabelecidas por uma Resolução do Conselho Nacional de Educação⁴, que determinou prazo de dois anos, a partir de 2006, para que os Cursos de Agronomia elaborassem projetos político-pedagógicos adequados às novas diretrizes. Na Universidade Federal de Santa Maria, o novo projeto político-pedagógico definiu o profissional Engenheiro Agrônomo como aquele que possui:

(...) formação polímata e eclética, capaz de gerar e difundir conhecimentos científicos e técnicas agronômicas adequadas à concepção e manejo de agroecossistemas sustentáveis e cadeias produtivas, tendo formação em cidadania, desenvolvendo consciência social, ambiental e crítico-valorativa das atividades pertinente ao seu campo profissional, orientando a comunidade onde atua, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para a melhoria da sociedade (UFSM, 2008).

⁴ Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2006.

Neste mesmo documento, o perfil desejado do egresso do Curso é apresentado em tópicos, destacando as competências e habilidades que pretendem ser formadas ao longo da graduação. São elas:

1. Contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável;
2. Compreender o contexto sociocultural, econômico, ambiental e político, interpretando adequadamente a complexidade de situações onde atuar, de modo a resolver problemas e transformar a realidade com vistas a uma melhor qualidade de vida para todos;
3. Ser capaz de interagir com diferentes grupos sociais, respeitando as diferenças etnoculturais e auxiliando na organização e participação social dos mesmos;
4. Produzir, avaliar e difundir conhecimentos, integrando e associando saberes, promovendo interfaces com outras áreas do conhecimento;
5. Trabalhar em equipe e/ou grupos sociais, compreendendo sua posição e espaço sócio-profissional em relação aos outros, articulando parcerias, envolvendo entidades, agregando pessoas e explorando com isso as potencialidades disponíveis;
6. Comunicar eficientemente idéias, argumentações e conhecimentos de forma oral e escrita;
7. Atuar com espírito empreendedor, potencializando a geração e aplicação de novos produtos, tecnologias e serviços, respeitando os preceitos de precaução ambiental com vistas ao desenvolvimento socioeconômico;
8. Trabalhar com diferentes racionalidades agronômicas e estilos de agricultura, concebendo, projetando e manejando agroecossistemas sustentáveis e cadeias produtivas, levando em consideração eventuais limitações e potencialidades regionais.(UFMS, 2008)

É importante destacarmos enormes avanços discursivos apresentados no documento. O Agrônomo é imaginado como um profissional envolvido com a promoção de um tipo de desenvolvimento humano ou social, portanto algo além da ainda dominante percepção reducionista do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico

ou limitado ao “setor agrícola”. Valorizam-se também capacidades e competências profissionais associadas à afirmação e promoção de direitos de cidadania, associatividade política, responsabilidade social e ambiental e consideração e respeito a diversidades étnicas e culturais. Projeta-se, desta forma, um perfil profissional que demanda enorme habilidade de diálogo multi e interdisciplinar para garantir capacidades e competências tão variadas e complexas. Projeta-se também o perfil de um Agrônomo diretamente envolvido em ações de promoção do desenvolvimento, como agente ativo e envolvido nestes processos. Este imaginário dialoga com processos sociais que vêm, ao longo das duas últimas décadas, construindo, a partir de diversas experiências concretas, outras percepções sobre o desenvolvimento rural (Luzzi, 2007).

2. Para além da formação técnica

De acordo com a seqüência aconselhada pelo Projeto Político-Pedagógico do Curso de Agronomia da UFSM, a disciplina “Iniciação à Agronomia” é obrigatória e deve ser cursada no primeiro semestre, compondo o “Núcleo de formação básica”. A disciplina tem o objetivo geral de apresentar e problematizar o campo de atuação do Engenheiro Agrônomo. Neste sentido, dois aspectos são importantes. Primeiro, apresentar e discutir a complexidade de inter-relações da Agronomia com outras disciplinas científicas e campos de conhecimento, tentando situá-la em seu lugar na história do pensamento científico. Segundo, a partir de contextualização, incentivar a formação de uma percepção crítica da escolha de formação profissional e institucional feita pelos estudantes.

Esta tarefa envolve uma questão essencial, relacionada à formação e ao exercício profissional. Afinal, o que compete socialmente ao Agrônomo como profissional? As respostas possíveis apontam para um tipo de profissional ao qual se atribui uma miríade de atividades e,

conseqüentemente, de habilidades e competências profissionais.⁵ Diante desta diversidade de áreas, campos de atuação e capacidades requeridas, fruto da fragmentação ao longo do tempo de várias disciplinas, que tipo de articulação pode ser imaginada para dar coerência ao currículo?

O lugar-comum que se refere positivamente ao ecletismo do Agrônomo gera, na verdade, confusão e insegurança nos estudantes, muitas vezes forçando especializações precoces e não desejadas. De fato, ao pretender dar conta de tudo, a formação agrônômica fica refém da superficialidade e da apropriação política pela idéia-força de uma formação técnica e instrumental, orientada por uma visão reducionista da agricultura, dos espaços rurais e da promoção de seu desenvolvimento. Com isso, relega-se a um segundo plano “a formação integral, social e humana” (Cavallet, 2000).

Neste sentido, historicamente a Agronomia aproximou-se à racionalidade instrumental das proposições de inovação tecnológica associadas a modelos de crescimento econômico que contribuem para a manutenção de estruturas de dependência (econômica e cognitiva) e subordinação política de setores majoritários da sociedade. E isto ocorreu em detrimento da consideração, do estudo e da compreensão da diversidade e da dinâmica da complexidade (cultural, social, econômica) dos processos que envolvem o desenvolvimento dos espaços rurais, para além dos processos biológicos e mecânicos (Basso *et al.*, 2003).

Parafraseando Thiollent (1979), se na academia o critério de bom rendimento, dentro da lógica competitiva de mercado, se aplica à intelectualidade sob a forma de ideologia carreirística (como no esporte predomina a ideologia recordista), na intervenção agrônômica predomina o critério de bom rendimento associado à ideologia produtivista, apresentando-se a tecnologia como motor de um processo no qual o homem é imaginado como mais um dos objetos da ação desenvolvimentista, cumprindo o ensino o papel de condução teórica e

⁵ O Projeto Político-Pedagógico aponta como grandes áreas a Engenharia Rural, a Fitotecnia, a Zootecnia, a Gestão de Recursos Naturais, a Gestão Ambiental, a Tecnologia de Alimentos, a Ciência de Solos, o Paisagismo, a Engenharia dos Processos de Mecanização, a Gestão, Economia e Administração Rural, a Sociologia, Comunicação e Extensão Rural, a Legislação Agrária e Profissional e, por fim, a intervenção em processos de Políticas Públicas para o meio rural.

instrumental deste ideário.⁶ Este viés do ensino agrônômico vem sendo, desde os anos 1980, colocado em questão, suscitando a necessidade de outros enfoques teóricos e de novos instrumentos metodológicos e pedagógicos que contribuam para a formação de profissionais capacitados a trabalhar a partir de uma concepção mais ampla e humana da promoção do desenvolvimento rural (Dias, 2006).

Uma visão mais ampla dos processos de promoção do desenvolvimento implica, inicialmente, compreender a Agronomia fundada tanto nas Ciências da Natureza como nas Ciências da Sociedade. Portanto, a formação de profissionais necessita superar a concepção dicotômica que separa o estatuto social das ciências naturais do estatuto natural das ciências sociais (Morin, 1990). Outro elemento essencial é a compreensão da realidade como algo historicamente construído, dependente das inter-relações de todos os fatores (naturais e sociais) que a compõem (Touraine, 1978). Esta percepção da realidade e dos processos sociais estabelece evidente oposição às abordagens reducionistas e à suposta neutralidade epistemológica e política da educação formal dominante. Ademais, nas Ciências Agrárias tem solo fértil a visão da sociedade pela lente do quadro funcionalista, no qual a organização e a ação social para a aquisição de conhecimentos, aptidões e normas de conduta são orientadas por um tipo de referencial no qual, de acordo com Thiollent (1979, p.62):

“(...) não há contradições ou conflitos estruturais porque todo o edifício se baseia num só postulado: o consenso dos agentes da organização em torno de suas normas de conduta socialmente reconhecidas (...); o consenso, a ordem, o equilíbrio são considerados como pré-requisitos de existência e de sobrevivência de qualquer organismo. Daí deriva, além da intuição

⁶ Nas ciências agrárias o significado corrente do termo “tecnologia” é reduzido a qualquer instrumento, procedimento ou arranjo que possibilite aumento da produção e da produtividade. Coelho (2005, p.61) politiza e complexifica o termo, afirmando que a “(...) tecnologia é a ciência e a técnica transformadas em mercadoria, em valor de troca. A socialização dessa forma de conhecimento faz-se pela difusão persuasiva pela compra, e não pela socialização de habilidades criadoras. A compra da semente gera dependência constante do processo produtivo em relação à sua oferta no mercado. Nessa transformação, o capital viabiliza o processo tanto de aquisição de insumos quanto de obtenção de conhecimentos de outrem (orientação técnica). Essa é uma situação de não-autonomia dos agricultores para novas criações e adaptações”.

biológica, o caráter ideológico e conservador da abordagem funcionalista”.

Outro componente importante deste contexto é o papel tradicionalmente atribuído à área de formação socioeconômica nas Ciências Agrárias. Historicamente esta área é considerada acessória e/ou periférica e, em alguns casos, tida como de importância questionável à formação profissional. As disciplinas relacionadas à economia e à administração, mais facilmente instrumentalizadas à ideologia agrônomo-produtivista, são prováveis exceções a esta valoração negativa. Este componente revela a dificuldade de construção de uma coerência teórica que possa articular as disciplinas das Ciências Naturais e das Ciências Sociais. Na prática, os estudantes, confusos, buscam relacionar informações e conhecimentos dispersos ou pouco conectados, resultando muitas vezes em dúvidas e angústias frente à fragmentação e à ausência de instrumentos que confirmem encadeamento e coesão mínima à diversidade de disciplinas que compõem os currículos. E isto implica também dificuldade a mais para os professores de disciplinas da área socioeconômica que têm o papel fundamental de orientar a capacitação teórica dos estudantes, de modo que os possibilite a reflexão e a crítica dos conhecimentos instrumentalizados (técnicos) enfatizados durante sua formação.

Temos também que considerar a pressão equivocada por parte de alguns profissionais e professores, corroborada e reforçada pelo reclame dos estudantes, clamando por maior “aplicabilidade” e “praticidade” dos conteúdos das disciplinas socioeconômicas. Uma demanda que tende a reduzir todo conhecimento a conhecimento instrumental, aplicado ou tecnológico, filiando-se àquela arcaica concepção de conhecimento como algo pronto, acabado, absoluto e imutável⁷. Esta pressão por pragmatismo resulta, muitas vezes, na elaboração e condução de conteúdos radicais, ora instrumentalistas e pouco elaborados teoricamente, ora marcadamente abstratos, deslocados da realidade, escapando à compreensão dos estudantes, que muitas vezes chegam à universidade carentes de formação básica em ciências sociais e econômicas.

⁷ Muitos professores, desestimulados diante de tal postura antipática ao conteúdo de suas aulas, tendem a transformá-las em ambientes extremos que vão do autoritarismo dos conteúdos predefinidos ao descompromisso com reflexões sobre as razões das reivindicações e do comportamento refratário a abordagens teóricas de caráter crítico e contextualizador por boa parte dos alunos.

Os críticos das disciplinas socioeconômicas partem para uma comparação fácil, injusta e cômoda. Comparam-nas com as disciplinas básicas ou com as profissionalizantes que, de uma maneira geral, fundamentam-se nas Ciências Naturais. O argumento é que as disciplinas básicas e as profissionalizantes têm maior clareza de definição de objetivos e conteúdos e, no caso das profissionalizantes, maior grau de aplicação prática destes, refletindo melhor a suposta necessidade instrumental dos alunos e futuros profissionais.

É preciso afirmar que formação profissional e humana vai além da formação técnica e instrumental, que atende a demandas imediatas de processos produtivos, organizativos e econômicos. É, portanto, descabida a reivindicação pela aplicabilidade instrumental e imediata de conhecimentos construídos nas Ciências Sociais. Ao contrário, o formando depende muito mais de ferramentas teóricas e metodológicas para construir leituras da realidade e a partir daí fazer escolhas sociais sobre técnicas, tecnologias, modelos e instrumentos para interagir, de modo democrático e cooperativo, com agricultores e demais profissionais. Nesta visão do processo, o foco deixa de ser a técnica e passa a ser o homem em sociedade e em busca de seu desenvolvimento.

Diante deste ambiente de demandas tão pouco esclarecidas com relação às disciplinas da socioeconomia, a disciplina “Iniciação à Agronomia” pode ter importante papel a cumprir na apresentação e problematização do caráter dos conhecimentos que fundamentam esta área, situando-os dentro de uma perspectiva mais crítica naquilo que se refere à formação profissional voltada à promoção do desenvolvimento rural. Esta formação consideraria sempre os contextos ambiental, sócio-cultural e político-econômico na qual está inserida, contemplando as três grandes áreas definidas por Almeida (1996, p.52): (a) o conhecimento da dinâmica da agricultura, (b) a competência técnica e (c) a postura de educador. Isto contribuiria para o primeiro desafio desmistificador da disciplina: reposicionar as Ciências Sociais e Humanas na formação do profissional de Ciências Agrárias.

3. O conteúdo da “Iniciação à Agronomia” e seu caráter articulador

Diante do exposto até aqui, cabem algumas questões. Qual o conteúdo ideal de uma disciplina que pretende iniciar estudantes em um campo de formação? Existem, obviamente, várias respostas possíveis. Uma possibilidade seria percorrer as trajetórias históricas deste campo, identificar seus principais atores, suas posições, os temas, valores, representações sociais, ou seja, os objetos em disputa e as regras que regulam as interações sociais que nele ocorrem. Na seqüência apresentam-se temas e abordagens que acreditamos possam compor um programa mínimo de estudos para os que se iniciam nas Ciências Agrárias e, mais especificamente, na Agronomia.

Este programa de estudos teria início com a compreensão do Curso que foi escolhido para proporcionar a formação desejada pelo estudante. Quais suas origens mais remotas, sua trajetória histórica, as principais mudanças pelas quais passou, sua posição no cenário acadêmico e político atual são, dentre outras, questões importantes a serem debatidas. Outro tema essencial é a apresentação do Projeto Político-Pedagógico do Curso. A discussão deste projeto é ponto de partida para o debate sobre o perfil profissional desejado e uma introdução à complexidade característica da Agronomia, como campo de conhecimento, e as relações interdisciplinares que demandam as habilidades e competências a serem formadas.

Uma unidade de estudos imediatamente posterior à apresentação institucional e panorâmica do Curso de Agronomia da UFSM seria a discussão da história dos processos agrícolas e agrários. A proposta desta unidade de estudos seria historicizar e analisar, de modo panorâmico e introdutório, as diversas formas de organização social, surgidas a partir das práticas agrícolas, em seus distintos e diversos contextos históricos. O objetivo é possibilitar conhecimentos sobre práticas sociais agrícolas ao longo do tempo, evidenciando processos de diferenciação social dos agricultores, confrontando-os com conjunturas históricas que influenciaram e foram influenciadas por sua organização social. Na prática, centra-se o estudo nos diferentes sistemas agrários organizados e legitimados ao longo do tempo. Ao final da unidade espera-se que os alunos compreendam a agricultura como uma prática social situada na história, condicionada por

diversos fatores econômicos, políticos e culturais; compreendam que os sistemas agrários organizam-se a partir de demandas sociais e determinam e/ou contribuem para a existência de diversos modos de “fazer” agricultura, possibilitando diferenciações socioeconômicas e culturais dos agricultores.

A seguir, a Agronomia seria apresentada como campo de conhecimento especializado, diferenciando-a da agricultura como prática e como *locus* de aplicação dos conhecimentos agrônômicos. É necessário também localizar os conhecimentos agrônômicos na História das Ciências, trabalhando conceitos básicos de técnica, ciência e tecnologia. A história dos sistemas agrários é retomada para nela evidenciar os reflexos nos sistemas de produção e nas práticas agrícolas dos vários avanços científicos e tecnológicos. Por meio destes avanços busca-se mostrar a construção histórica da disciplina agrônômica, tendo subjacentes dois objetivos principais. O primeiro relacionado à compreensão da presença de diferentes campos de conhecimento associados à Agronomia, principalmente as contribuições distintas, e não opostas, das Ciências da Natureza e das Ciências da Sociedade. O objetivo é situar estas duas principais vertentes do conhecimento na formação profissional e evidenciar suas diferenças epistemológicas e importâncias distintas.

O segundo objetivo seria desmistificar o caráter evolucionista das técnicas e da tecnologia (e da própria História das Ciências). A crença de que com o passar do tempo os avanços tecnológicos propiciaram sempre maior produtividade e maiores lucros (ideologia do progresso) é base do mito da solução tecnológica a todos os problemas enfrentados nas práticas agrícolas. A este mito associa-se a desvalorização do conhecimento que não é construído a partir de bases científicas, com conseqüente prejuízo à compreensão e valorização das racionalidades dos agricultores, que geralmente conduzem seus sistemas de produção a partir de conhecimentos elaborados à margem do método científico. Buscam-se na história dos sistemas agrários evidências da relatividade das soluções tecnológicas e da não neutralidade do conhecimento científico, historicamente mobilizado por interesses políticos e econômicos.

Feito este resgate histórico, o passo seguinte seria compreender os modos de aplicação de conhecimentos técnicos e científicos nos processos de produção agrícola. Neste caso, o sistema de produção agrícola é apresentado como um sistema complexo no qual estão presentes múltiplas inter-relações. Para chegar a esta compreensão, enumeram-se os fatores

agroecológicos e socioeconômicos envolvidos no processo de produção, evidenciando inter-relações essenciais. O propósito seria relativizar a tendência dominante de compartimentalização da realidade por meio do estudo isolado de cada um dos fatores. Assim, afirma-se que a compreensão do processo produtivo somente poderá ser alcançada quando da consideração do *todo* que o envolve e o condiciona, ou seja, do sistema complexo de inter-relações. A esta complexidade aliam-se as diversas formas de organizar os sistemas de produção, desde amplas áreas dedicadas a monoculturas até sistemas complexos de policultivos e criações consorciadas.

O objetivo seria desenvolver nos estudantes percepções cada vez mais elaboradas sobre: (a) a contribuição das diversas áreas do conhecimento na gestão dos fatores de produção. Neste momento discute-se o caráter instrumental da ciência: o aporte tecnológico que possibilita o “controle” dos fatores ambientais; (b) a complexidade sistêmica do processo de produção; e (c) as diversas racionalidades organizativas dos sistemas de produção. Imagina-se alcançar com este conteúdo um crescente nível de elaboração teórica sobre os conhecimentos necessários às práticas agrícola e agronômica.

Ao discutir, na seqüência dos conteúdos, as relações entre a agronomia e a promoção do desenvolvimento o interesse se volta, em bases gerais e introdutórias, às idéias, estratégias e intervenções, realizadas por meio de projetos, programas e políticas públicas, que buscam promover o desenvolvimento dos espaços rurais. A partir da identificação destas idéias e das ideologias a elas filiadas, busca-se compreender a situação atual da agricultura brasileira. O estudo de diferentes modelos de promoção do desenvolvimento rural permitiria maior compreensão do assim chamado modelo dominante de desenvolvimento e de suas conseqüências. O processo de modernização da agricultura brasileira ganha destaque para evidenciar conseqüências ambientais e sociais da opção política por um determinado modelo de promoção do desenvolvimento. As alternativas propostas a este modelo também seriam identificadas, discutindo-se seus referenciais epistemológicos e tecnológicos. O objetivo geral é apresentar e discutir as inter-relações entre práticas agrícolas, promoção do desenvolvimento e fatores econômicos e políticos presentes em determinadas conjunturas. Neste sentido, faz-se

necessária breve contextualização sobre a organização dos sistemas brasileiros de pesquisa, de ensino e de extensão rural.

Partindo de uma melhor compreensão das implicações políticas e econômicas do desenvolvimento rural, é possível discutir com maior clareza o papel do agrônomo neste processo. O conhecimento superficial da diversidade de fatores e suas relações interdependentes é um dos fatores que conduzem a insucessos nos diversos projetos, programas e políticas públicas de promoção do desenvolvimento implementadas ao longo das últimas décadas. Necessário se faz evidenciar possíveis falhas nestes programas e projetos e vislumbrar os métodos para o conhecimento, o diagnóstico e a intervenção na realidade.

A partir do diagnóstico das realidades tornam-se possíveis metodologias mais apropriadas, em nível local, para identificar demandas e construir, de modo participativo, modos de enfrentamento dos problemas enfrentados nos processos sociais de trabalho e de produção. O objetivo seria analisar criticamente as tarefas profissionais do agrônomo como agente de promoção de desenvolvimento, estimulando os estudantes a relacionarem demandas sociais diversas com os conteúdos curriculares aos quais se dedicam academicamente.

O conteúdo programático culmina com a discussão e a crítica ao tipo de formação profissional atualmente possibilitado pelas universidades brasileiras. Inicialmente evidencia-se como esta formação foi e é influenciada (ou até mesmo apropriada) por uma opção político-ideológica dominante de pensar o desenvolvimento rural, restringindo-o aos processos produtivos, impondo-lhe, desta forma, características marcadamente tecnicistas e com forte viés econômico. Esta caracterização da formação profissional é colocada em contraste com o contexto atual da agricultura brasileira, mais especificamente com o contexto atual da chamada agricultura familiar. Neste quadro comparativo evidenciam-se vários problemas de inadequação formativa (cognitiva e instrumental) dos profissionais que pretendem trabalhar com este segmento majoritário de agricultores. Passa-se então à discussão sobre as qualidades desejáveis para a formação de profissionais dentro das perspectivas de conhecimento e de intervenção na realidade já enunciadas anteriormente.

4. Considerações finais

As idéias aqui apresentadas têm caráter propositivo. Elas foram imaginadas há dez anos. Portanto, muitas das mudanças pensadas àquela época se tornaram aspectos cotidianos de cursos de agronomia. Outras, no entanto, permanecem como desafios a serem enfrentados. É fato que a realidade atual demanda um tipo de profissional melhor capacitado para interagir em grupos, lidando com a participação política dos agentes envolvidos em processos de promoção de desenvolvimento. Estes processos, sabemos, são sempre conflituosos e complexos, demandando, portanto, capacidade de negociação, articulação política, metodologias e dinâmicas de trabalho em grupo, conhecimento das normas e legislações associativistas, dentre outras competências. Como afirmei em outro momento, as novas e complexas percepções sobre processos de promoção do desenvolvimento conduzem ao desafio político-metodológico de se promover o reconhecimento, a articulação e a concertação entre diversos valores e interesses expressados pelos grupos e atores sociais com os quais os Agrônomos interagem.

A disciplina “Iniciação à Agronomia” tem o papel fundamental de apresentar estes desafios profissionais a partir de sua complexidade, estimulando uma percepção do curso como um arranjo pluridisciplinar que deve buscar sua coerência no Projeto Político-Pedagógico que orienta para a formação de um tipo de profissional. O Agrônomo especialista perde cada vez mais espaço nos “mercados de trabalho” e perde também capacidade de intervir e atuar na complexidade dos processos de promoção de desenvolvimento rural. Estes processos demandam certa especialização e capacidade de orientação técnica, mas requerem principalmente habilidades para articular de modo interdisciplinar campos de saber, conhecimentos, informações, técnicas e instrumentos. A imagem do especialista se distancia cada vez mais da imagem do cientista que trabalha isoladamente sobre um tema muito particular. O especialista é cada vez mais aquele que, dominando competentemente determinado tema ou campo do saber, consegue se articular com outros especialistas para dar conta das demandas complexas que emergem dos problemas sociais a serem enfrentados.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. Por uma nova definição profissional do agrônomo: a contribuição das disciplinas voltadas para a perspectiva do desenvolvimento sustentável. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.3, n.1, p. 49-59, jan./dez. 1996.

BASSO, D., DELGADO, N., SILVA NETO, B. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí-RS, v.1, n.1, p. 73-105, jan./jun. 2003.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

CAVALLET, V. J. Educação formal e treinamento: confundir para doutrinar e dominar. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.1, n.2, 1-7, jul./dez. 2000.

CHAUÍ, M. **Sociedade, universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social**. Comunicação apresentada no Seminário “Universidade: por que e como reformar?”. Brasília: MEC/SESu, 2003. 9p.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo – concepções e métodos**. Viçosa: Editora da UFV, 2005. 139p.

DIAS, M. M. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios para o ensino agrícola no Brasil hoje. **Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 21, p. 23-28, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007, 234f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2007.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 2^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

THIOLLENT, M. J. M. Reflexões sobre a avaliação e a valorização do conhecimento. **Marco**, n.1, p. 45-57, 1979.

TOURAINÉ, A. **La voix et le regard**. Paris: Éditions du Sueil, 1978.